



Prof. Dr. h.c. Emerson Antonio Galvão

OAB/MG: 79.160 OAB/SP.: 436.161

MASP: 872.194 – OMB: R003228

UNESCO: T.055.101.219.338N

DENÚNCIA E NOTÍCIAS DE FATOS – necessidade urgente de providências ministeriais - URGENTES

EMERSON ANTONIO GALVÃO, brasileiro, advogado, **Conselheiro Municipal de Saúde de Igarapava**, portador da OAB/MG.: 79.160 e da OAB/SP.: 436.161, **no uso de suas atribuições de Conselheiro, delegadas pela Lei Federal 8142/90, Lei Municipal 552/2013 e pelo Decreto Municipal 2179/2019, com base nas mesmas leis e mais**, com fundamento na Lei 8080/90, Decreto 7148/11 e principalmente na Constituição Federal, artigo 5º e, **atendendo a notificação** realizada pela serventaria dessa Promotoria mediante e-mail, vem **FORMALIZAR** na forma de **DENÚNCIA OBJETIVAMENTE DESCRITA, TODOS OS ELEMENTOS SUSCITADOS POR OCASIÃO DE MOÇÃO ENDEREÇADA AO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.**

Nas qualidades acima, principalmente na condição de **FISCAL da execução e dos serviços do SUS**, vem **REQUERER A IMEDIATA INSTALAÇÃO DO(S) RESPECTIVO(S) INQUÉRITO(S)** a fim de apurar a prática dos crimes que doravante passo a declinar assentado nas provas que, embora já encaminhadas, novamente e como anexo **reencaminho, REQUERENDO COM A URGÊNCIA** que a questão reclamara as providências desse Ministério.

1 – DA LEGITIMIDADE DO DENUNCIANTE:

A atribuição de fiscalização do Conselho Municipal de Saúde (e de seus membros) é de ordem e natureza legal, mediante as bases acima descritas. Portanto é legítimo o denunciante ademais, a função de conselheiro suplanta qualquer representação de seguimento sendo esta, nos termos da Lei Municipal 552/2013 e da Lei Federal 8142/90 de **relevância pública**, (leis em anexo).

Logo a legitimidade do denunciante **denota de lei e mais, é atributo de ordem regular de funcionamento do SUS carecendo de pronta investigação por parte das autoridades competentes**, de conformidade com os elementos previstos nas Resoluções do Ministério da Saúde e do Conselho Nacional de Saúde. (anexo)

2 – DAS MOTIVAÇÕES DA DENÚNCIA E DA MOÇÃO:

É preciso lembrar que o conselheiro signatário assumiu e atuou somente a partir dos últimos 06 (seis) meses **após** sentença em Mandado de Segurança que tramitou pelo fórum local.

Desde há muito, como membro do Conselho (antes da intervenção) venho acenando quanto as infundáveis irregularidades perpetradas pela Gestão Municipal do SUS, bem como, agora, da Intervenção no Hospital Santa Casa e por parte do próprio Conselho. Razão pela qual, com apoio do atuante Conselheiro Demerval emitimos moção àquele órgão – CMS.

Faço esta denúncia com muito dissabor! **É absolutamente estranho que em Igarapava ocorra uma singular situação em que antes de 2019, uma instituição PRIVADA, administrada PRIVADAMENTE**, era objeto de constantes investigações e toda sorte de burocracias para seu regular funcionamento. Tais coisas eram feitas por parte do Município, via também do Conselho Municipal de Saúde e, sobretudo, da Gestão Municipal do SUS.



Prof. Dr. h.c. Emerson Antonio Galvão

OAB/MG:79.160 OAB/SP.: 436.161

MASP:872.194 – OMB: R003228

UNESCO: T.055.101.219.338N

Porém, passado este Hospital para a Gestão PÚBLICA, A PARTIR DE 23 DE JULHO de 2019, simplesmente **acabou** toda e qualquer fiscalização quanto ao regular funcionamento do Hospital Santa Casa e Sua Gestão **bem como de todos os serviços municipais**.

O interventor ficou livre, a Gestão livre, como se não houvesse leis e mais nada a cumprir!

Após incessantes tentativas de chamar a atenção destas autoridades e sabendo que, **por força das leis** a responsabilidade pela cogestão dos recursos, conforme previsto nas próprias, é do Conselho e de seus membros **não há como me omitir de tal providência e mesmo este ministério, de apurá-las. (Lei 8080/90, Constituição Federal artigo 5º, Lei Federal 8142/90 e Lei Municipal 552/2013).**

Com todo respeito, serei objetivo e claro, mas não omito! Não correrei o risco de a pretexto de “objetividade” e “clareza”, deixar de expor **a gravidade da situação e seus contextos, sem isto, a denúncia é inepta e vazia.**

- O que tem ocorrido é o retrato da completa algazarra que se formou na gestão municipal, assim, em que pese a objetividade, todos os pontos **DESTA PRIMEIRA** denúncia serão enunciados e certo estou, de que Vossa Excelência, haverá de avaliá-los com a acuidade e a seriedade sempre praticadas e neste caso imprescindíveis, **ademais por força dos dispositivos legais já elencados.**

Digo isto porque também (e aqui não as coloco porque as pessoas não as trouxeram a termo) tenho sido informado de diversas pessoas que tem acudido nesse Ministério para promover reclamações e embora estejam sendo atendidas por servidora do MPE a reclamação dos cidadãos de Igarapava é da dificuldade de acesso ao promotor e de sequência das denúncias.

Creio **que tais reclamações não tem chegado diretamente até Vossa Excelência, o que me parece estranho. Então o que trago não é novo e não são poucas as pessoas que têm relatado tais eventos e quando estiver de posse de dados formais, os encaminharei também.** Assim, como tenho orientado a estes cidadãos a insistirem nas denúncias formais.

3 – DAS PRÁTICAS DOS CRIMES – OBJETO DAS INVESTIGAÇÕES – Base legal:

São vários os crimes e práticas delitivas e para **ser didático, claro e objetivo** os dividirei em Grupos são eles: Crimes praticados pelo Município e seus Gestores; Crimes praticados pela Intervenção e seu titular e Crimes praticados pelo Conselho e eventualmente seus membros.

3.1 – CRIMES PRATICADOS PELA GESTÃO MUNICIPAL DA SAÚDE E SEUS GESTORES:

1 – APARELHAMENTO DOLOSO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – DESVIO DE FINALIDADE DE ATUAÇÃO – FERIMENTO AOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – IMPESSOALIDADE, FORMALIDADE, LEGALIDADE E OUTROS:

Para assegurar a impessoalidade (princípio da administração pública) o Conselho Municipal de Saúde deve ser paritário isto é, **não pode haver prevalência de interesses de quaisquer setores da sociedade**, conforme previsto na Lei Federal 8142/90 e Lei Municipal 552/2013 em seu artigo 5º .

O parágrafo único do artigo da Lei Municipal assim assenta :

Parágrafo Único - Em hipótese alguma, uma mesma pessoa poderá ter mais que uma representação no Conselho Municipal de Saúde.



Prof. Dr. h.c. Emerson Antonio Galvão

OAB/MG:79.160 OAB/SP.: 436.161

MASP:872.194 – OMB: R003228

UNESCO: T.055.101.219.338N

Antes dele:

III – A ocupação de cargos de confiança ou de chefia que interfiram na autonomia representativa do conselheiro deve ser avaliada como possível impedimento da representação do segmento e, a juízo da entidade, pode ser indicativo de substituição do conselheiro;

Vemos que a ocupação de cargo de confiança deve ser vista como elemento passível de impedimento para atribuição de Conselheiro. A lei não abrange cargos que não estão subordinados a área da Saúde. Porém **os detentores de cargos de confiança na Gestão Municipal de Saúde sim, esses não podem integrar o Conselho Municipal de Saúde por conflito de interesses óbvio.**

Na melhor hipótese a questão deveria ser discutida conforme estabelece a norma! Jamais foi!

Ocorre que se assim não for (e é o caso) o Município (logo o Gestor) tem mais de um representante no Conselho Municipal e fere assim de morte a paridade e a impessoalidade do CMS.

Solicitado ao Município (e-mail anexo) a informar os ocupantes de cargos em comissão que integram o Conselho, o Município quedou-se inerte, **precisamente para que não fosse questionado tal aspecto.** Mas sabemos que:

- **Andreia Francisco de Paula** – É hoje vice-presidente do Conselho, porém ocupa e ocupou cargo não somente de importância na Gestão Municipal, mas fundamental. É ela a responsável pelo Cadastro dos Hospitais, pelo manejo dos Convênios, enfim, no âmbito Municipal, a Senhora Andreia ocupa o segundo cargo de maior importância na Diretoria de Saúde que já, por força da própria lei, tem o Diretor como titular no Conselho. Aqui já temos dois membros da Gestão Municipal (O Diretor e Andreia). Além dela:

Maurícia Brochado de Oliveira – Ocupa e ocupou até 2020 cargo estratégico na Diretoria de Saúde diretamente ligado à gestão do SUS;

Janaína Monteiro Natal – Ocupa e ocupou até 2020 cargo estratégico na Diretoria de Saúde diretamente ligado à gestão do SUS;

Obviamente em um Conselho com a formação numérica proposta para o de Igarapava (Decreto anexo) a presença de **04 indivíduos diretamente ligados à Gestão Municipal** numa reunião em que raramente estão todos os demais conselheiros presentes resulta inevitavelmente em ferimento ao princípio da impessoalidade, pois, não é crível, nem lógico, que tais pessoas ainda que nutridas por nobreza de pensar “votem” livremente contra interesses daquele que as nomeou. **Então a maioria municipal está garantida!**

Isto é reforçado também PORQUE Getúlio Ferreira, que deveria defender os interesses da população **JAMAI FEZ** questão de disfarçar sua aderência aos projetos da Gestão Municipal. Tanto que foi contra ele Getúlio por ter dado posse a Marcelo Ormeneze no Conselho Municipal de Saúde, que foi manejado o Mandado de Segurança 1002337-34.2019.8.26.0242 que, por ser procedente, proporcionou a este conselheiro exercer seu mandato corretamente.



Prof. Dr. h.c. Emerson Antonio Galvão

OAB/MG:79.160 OAB/SP.: 436.161

MASP:872.194 – OMB: R003228

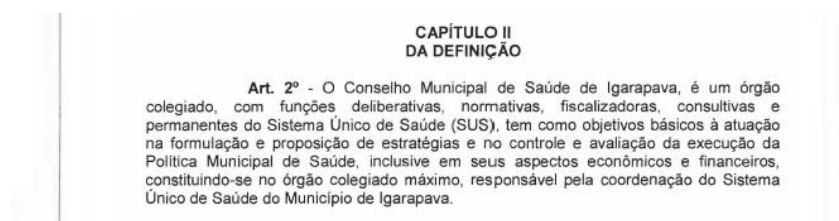
UNESCO: T.055.101.219.338N

Isto destoa do princípio da paridade do Conselho, atinge a Lei maior de Regência do SUS, Lei 8080/90 e, principalmente a própria Lei Municipal 552/2013 além de ferir os princípios da administração pública sobreditos.

2 – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – MÁ GESTÃO DE RECURSOS DO SUS, AUSÊNCIA DE TRANSPARÊNCIA E DE OBEDECIMENTO DAS LEIS DE REGÊNCIA, FERIMENTO AOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (GERAL) E DO SUS EM ESPECÍFICO, UNIVERSALIDADE, INTEGRALIDADE E EQUIDADE; - CONVÊNIOS EXECUTADOS SEM A APRECIÇÃO PRÉVIA DE PLANO DE TRABALHO, MINUTA, PRESTAÇÃO ESPECÍFICA DE CONTAS ENTRE OUTROS:

Tanto a lei Federal 8142/90 quanto a Lei Municipal 552/2013, bem como o estatuto do Conselho Municipal de Saúde são unânimes: (todas em anexo)

Da lei Municipal:



Da lei Federal:

Art. 1º O Sistema Único de Saúde (SUS), de que trata a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, contará, em cada esfera de governo, sem prejuízo das funções do Poder Legislativo, com as seguintes instâncias colegiadas:

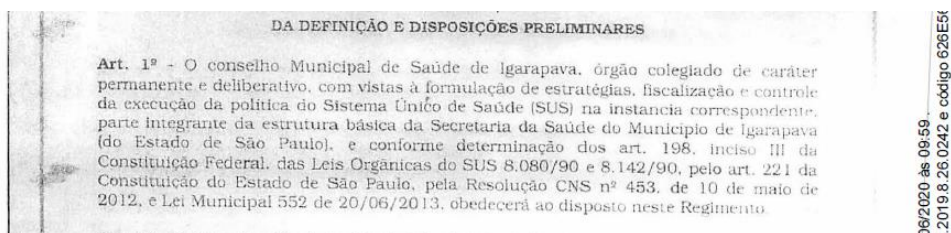
I - a Conferência de Saúde; e

II - o Conselho de Saúde.

§ 1º A Conferência de Saúde reunir-se-á a cada quatro anos com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde nos níveis correspondentes, convocada pelo Poder Executivo ou, extraordinariamente, por esta ou pelo Conselho de Saúde.

§ 2º O Conselho de Saúde, em caráter permanente e deliberativo, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do governo.

Do Regimento Interno:



Pois bem, requer dizer que **TODOS OS ASPÉCTOS** relativos à instalação, implantação, compra, aquisição, **INTERVENÇÃO**, enfim **TUDO** que diga respeito ao SUS **DEVE NECESSÁRIAMENTE** ser objeto de análise e fiscalização por parte do Conselho, **inclusive com emissão de Resolução.**



Prof. Dr. h.c. Emerson Antonio Galvão

OAB/MG:79.160 OAB/SP.: 436.161

MASP:872.194 – OMB: R003228

UNESCO: T.055.101.219.338N

Na Lei Municipal em seu artigo 3º “X” diz o seguinte:

X – A cada três meses deverão constar das pautas e assegurado o pronunciamento do gestor das respectivas esferas de governo, para que faça prestação de contas em relatório detalhado contendo dentre outros, andamento da agenda de Saúde pactuada, relatório de gestão, dados sobre o montante e a forma de aplicação dos recursos, as auditorias iniciadas e concluídas no período, bem como a produção e a oferta de serviços na Rede Assistencial própria contratada ou conveniada, de acordo com o artigo 12 da Lei nº 8.689/93;

A disposição acima implica na apresentação necessária de relatório detalhado dos procedimentos de Saúde no Município. **Isto jamais aconteceu após a intervenção!**

Veja Sr. Promotor, caberia ao Município por si próprio encaminhar tais relatório, bem como ao Conselho exigí-los. **Nem uma nem outra atribuição foram cumpridas.**

Para exemplo do absurdo embora esteja a ser executado com recursos municipais, a intervenção (em sua execução) e suas continuidades, não foram objeto de análise e/ou endosso, por parte do Conselho após seu início, sucedendo-se artificialmente e por mero impulso executivo desde então.

Neste angular ao fazer tais prorrogações **sem consultar o conselho**, conforme determina os artigos supra, além de ato ímprobo (Princípio da formalidade e da legalidade) por não cumprir o explicitamente determinado em lei, o chefe do executivo também **impede a correta verificação do que, efetivamente tem sido feito naquelas dependências e dos valores ali empenhados. Além, é claro das demais Unidades de Saúde, UBS's e gastos outros do próprio Departamento de Saúde.**

- Observe: Durante o ano de 2018 foram **descredenciadas** equipes de saúde da família que impactam diretamente na prestação de serviços da Saúde, este descredenciamento ocorreu por inconformidade das equipes de Igarapava com as Normas do Ministério da Saúde.

Nada disto foi analisado ou informado ao conselho. Foram feitos convênios, contratos, recebidas verbas, e nenhum destes elementos contém qualquer regular apreciação por parte do Conselho logo a respectiva Resolução (prevista em Lei) comprovando sua análise. **Isto em toda Saúde Municipal.**

O Município nada pediu e/ou apresentou, nem de nada foi cobrado pelo CMS.

Agora no último dia 27 de janeiro/2020, foi realizado (e supostamente assinado) Convênio entre a Santa Casa e o Município quando se sabe que:

- Presentemente ao contrário de como foi entregue em julho de 2019 a Santa Casa não dispõe das necessárias certidões negativas de débito, conforme previsto na Lei 8666/93 ainda que em convênio, conforme prescreve o artigo 116 da mesma lei.

Tal convênio (anexo) NÃO FOI ANALISADO PELO CONSELHO (não há resolução aprovando-o) sendo, portanto, ato ordinário, arbitral e sem qualquer lastro promovido pelo prefeito, pelo Diretor de Saúde e por Marcelo Ormeneze em franco desobedecimento das normas uma vez que o Conselho Municipal de Saúde não o chancelou, não apreciou seus planos de trabalho enfim, nada.



Prof. Dr. h.c. Emerson Antonio Galvão

OAB/MG:79.160 OAB/SP.: 436.161
MASP:872.194 – OMB: R003228
UNESCO: T.055.101.219.338N

Este convênio fala precisamente sobre da **questão subordinada à Pandemia. Mas, como nenhuma lei é cumprida** ocorrem fatos absolutamente inexplicáveis, como é o caso de o Conselho não ter recebido ainda, sequer as normas relativas a quem tomará ou não a vacina, sabendo-se, contudo, que Andreia Francisco, aqui já citada **já a tomou**. A razão ainda é um mistério, fazendo crer ocorrer privilégios por parte de alguns cidadãos igarapavenses em relação a outros, pois, nada neste aspecto das Vacinas foi devidamente esclarecido ou encaminhado que permita ou justifique Andreia tê-la tomado antes de outros.

Mais uma vez estão lesados os princípios da Legalidade, da formalidade, da transparência, da finalidade, da impessoalidade, logo, **todos os princípios Constitucionais da administração pública e os específicos do SUS de Universalidade e igualdade**.

Confirmamos a felicidade de Andreia enquanto outros cidadãos vão de lugar em lugar, sem saber nada sobre os trâmites em relação à vacinação em face do Covid.



Em anexo a publicação do Convenio no último diário do Município sem qualquer ancoramento legal.

Então, se os contratos, contas, convênios, dados e tudo que se trata de saúde, não é apreciado, nem tampouco encaminhado ao órgão fiscalizador. E este por sua vez não os cobra, **a saúde de Igarapava está pagando o caro preço da leviandade**.

3 - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – PRORROGAÇÃO ARTIFICIAL E ILEGAL DE INTERVENÇÃO EM SERVIÇO PRIVADO, AUSÊNCIA DE CUMPRIMENTO DE DECRETO PRÓPRIO, AUSÊNCIA DE CONSULTA AO CONSELHO MUNICIPAL E ENCAMINHAMENTO DE RELATÓRIOS DE GESTÃO E OUTROS DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS:



Prof. Dr. h.c. Emerson Antonio Galvão

OAB/MG:79.160 OAB/SP.: 436.161

MASP:872.194 – OMB: R003228

UNESCO: T.055.101.219.338N

Incumbe ao Ministério Público ser o fiscal da Lei! Ao conselheiro de Saúde incumbe fiscalizar o SUS, em todos os níveis de sua competência.

Isto não tem ocorrido por parte do Conselho evidentemente fomentado pelo Governo Municipal. É por isto que em agosto de 2019 foi feito pelo Prefeito o Decreto 2160/2019 que dizia em seu artigo 2º



Os relatórios aqui descritos jamais foram apresentados pelo Município. Igualmente jamais foram cobrados pelo Conselho, eis que, nessa Comissão a representante do Conselho era e é, precisamente a Sra. Andreia Francisco. Logo se evidencia a irrelevância e a artificialidade deste Decreto para levar a comunidade e as autoridades, como esse MP, a crer que a atuação da intervenção seria “transparente”. **Não foi, e não é!**

Fato é que, se para promoção da intervenção foi “necessário” ainda que de fora irregular a consulta ao conselho, **nas prorrogações posteriores não! E deveria!**

Aqui fica claro o uso “pinçado” do CMS pela Gestão Municipal reforçando o primeiro tópico do aparelhamento do CMS.

Presentemente sabe-se conforme os anexos que a situação do Hospital Santa Casa é de **penúria! Mas, para que a população não saiba disto**, logo após findada as eleições, o prefeito por motivos cujos quais **jamais apresentou qualquer prova, seja no passado, seja agora**, utilizando da Santa Casa para entre outros pontos, desvio total de verbas do SUS, **prorrogou novamente a intervenção.**

Ressalto:

1 - Como não há qualquer fiscalização dos recursos repassados à Santa Casa após 2019 estes jamais foram objeto de qualquer questionamento pelo CMS. Então não se sabe da regularidade de seus pagamentos, gastos e finalidades entre outros.

2 - Marcelo Ormeneze interventor tem gastado os recursos, feito compromissos, acordos e congêneres, **não como representante do Prefeito, mas sim, fazendo-se passar por representante da proprietária do Hospital.** Desta forma, não há atribuição de responsabilidade direta ao mesmo, mas sim, à Irmandade.



Prof. Dr. h.c. Emerson Antonio Galvão

OAB/MG:79.160 OAB/SP.: 436.161

MASP:872.194 – OMB: R003228

UNESCO: T.055.101.219.338N

3 - Para se ter uma ideia, Marcelo confunde as atribuições de Conselheiro, na qual ora se denuncia e a de Procurador da Irmandade que não se confunde com a primeira. Quando este conselheiro solicita documentos o faz na qualidade de “Conselheiro”, e assim, deve recebê-los, pelo caráter de fiscal dos recursos. **De mais a mais, a intenção de todos esses atores é manter as escuras a forma e o modo como são gastos os recursos alocados junto à Santa Casa ao contrário do que havia no passado recente.**

Para exemplificar: Prospectando nisto, os recursos utilizados para pagar Marcelo e seu advogado, saem, para o primeiro **diretamente** do Fundo Municipal de Saúde e para o segundo, da Santa Casa.

Mas este conselho de Saúde e este conselheiro não sabe: Qual a carga horária de trabalho de Marcelo? Quais efetivamente são suas funções uma vez que, até a pouco havia administradora (Fabiana Tuychi) contratada pelo Hospital? Por que não se vê trabalho preventivo de Chicote nos documentos eventualmente emitidos pelo Hospital? Qual é o horário de trabalho de Chicote já que agora, desvestido do Cargo de Diretor de Saúde Murilo Santos retorna à Santa Casa onde é contratado (por CLT) precisamente como advogado? **São vários os nebulosos e indigestos questionamentos sobre como são gastos os recursos após a assunção de Marcelo “abençoado” pelo prefeito e com clara omissão do CMS.**

Tudo isto é eloquente e por si já é evidência contundente dos crimes, mas não é só!

4 – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – DESVIO DE FINALIDADE DE VERBAS E RECURSOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE – SITUAÇÃO JÁ COMPROVADA PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE:

Tal situação foi levada do conhecimento desse Ministério. Porém sem a devida atenção. A denúncia foi promovida à época pelo Conselheiro Demerval Reis Júnior. Todavia ao arquivar o procedimento o promotor parceiro de V. Excelência, taxou-a como sendo apenas mecanismo de “vingança” de pessoa supostamente ligada à Irmandade.

Dois erros em sequência!

O primeiro: Demerval foi eleito pela população de Igarapava para representá-la na condição de conselheiro municipal de saúde, sua função, assim como a minha neste caso, **tem fundamento legal e presume-se verdadeira em razão da relevância pública da função.**

Além disto, Demerval não é parte da Irmandade nem tem qualquer ligação com a Irmandade.

O Segundo e mais grave! De fato, as verbas relativas ao MAC foram desviadas e alocadas após aprovação da Câmara Municipal para aquisição de “terreno” de propriedade do espólio do familiar do então diretor de Saúde Murilo Santos. (provas em anexo), e aqui, confira-se:



Prof. Dr. h.c. Emerson Antonio Galvão

OAB/MG:79.160 OAB/SP.: 436.161

MASP:872.194 – OMB: R003228

UNESCO: T.055.101.219.338N

... Como observado nos normativos expedidos nos autos, os recursos objeto da presente demanda, transferidos aos estados, Distrito Federal e municípios tem destinação específica, não podendo ser aplicados fora das ações e serviços públicos de saúde da atenção de MAC ambulatorial e hospitalar. No entanto, os fatos, objeto da presente representação, relatam a existência de possíveis desvios na finalidade da aplicação dos mencionados recursos, uma vez que o Município em questão, por meio de um ato normativo, destina os recursos do MAC para a aquisição de terreno para construção de 100 casas para habitação e, em outro ato normativo destina os recursos para aquisição de terreno para instalação de um cemitério.

5. Desse modo, conforme consta nos autos, encontra-se comprovada a destinação irregular dos recursos destinados ao custeio de ações e serviços públicos de saúde de MAC, o que pode ser constatado pelos atos normativos do gestor municipal, de domínio público, donde decorre o entendimento de que não cabe atuação deste Departamento, no caso em tela.

6. Com base no exposto, sugere-se o encaminhamento dos autos à SAES/MS, área técnica responsável pelo controle finalístico da presente demanda, em face das providências relativas à devolução ao FMS, dos recursos destinados de forma indevida, contrariando a previsão legal por parte do gestor municipal.

7. Posto isso, sugere-se o encaminhamento à CGAUD para, se de acordo:

a) encaminhar os autos à SAES/MS, para que tome conhecimento deste Parecer e providências sugeridas no item 6 deste Parecer; e

b) oferecer resposta ao Cidadão de iniciais D. R. J, conforme sugerido no item 6 deste Parecer.

RAIMUNDA NONATA CARLOS FERREIRA
Assistente Social - SIAPE nº 1100382

Já foi comprovado pelo DENASUS – Departamento Nacional de Auditoria do SUS a **destinação irregular da verba, no entanto nada quanto ao caso foi verificado ou mesmo cobrado do Prefeito Municipal pelo CMS, atingindo em plenitude os valores dispostos ao bem da Santa Casa em particular, e da Saúde Municipal em geral. Qualificado está, pois, os crimes de improbidade e de desvio de verba.**

Quem disse isto, não é este conselheiro denunciante, mas o **próprio ministério da Saúde.**

Em conclusão deste tópico quanto aos crimes da Gestão temos **objetivamente: Improbidade administrativa, apropriação indébita, aparelhamento doloso, ferimento aos princípios do SUS e da administração pública, enriquecimento ilícito entre outros a serem descortinados na apuração ministerial.**

3.2 – CRIMES PRATICADOS PELA INTERVENÇÃO:

3.2.1 – CRIMES PRATICADOS POR MARCELO ORMENEZE – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, DESVIO DE FINALIDADE DE RECURSOS, FALSIDADE IDEOLÓGICA ENTRE OUTROS:

Os crimes executados acima, muitos deles se deram em comunhão de interesses entre a Gestão Municipal e o Interventor Marcelo Ormeneze, carecendo de averiguação a eventual ocorrência de formação de quadrilha. Isto porque:

1 – Marcelo como devia por força das disposições contidas no Decreto inicial de intervenção e, posteriormente ratificadas pelo próprio prefeito através do já citado Decreto 2160/2019 **jamais apresentou regular prestação de contas ao Conselho Municipal de Saúde; (Lembre Excelência que isto segundo a Lei Mun.552/2013 deveria ser trimestral por parte da Direção de Saúde).**

2 – A ausência de atuação de Thiago Chicote (Adv. De Marcelo) de forma preventiva na análise dos documentos relativos à intervenção não ocorre. Somente o faz na qualidade de advogado de Marcelo e recebendo valores através dos cofres da Santa Casa. Isto indica que faz somente a defesa de Marcelo, não da instituição intervinda – daí e para isto, recebendo valores de origem pública;



Prof. Dr. h.c. Emerson Antonio Galvão

OAB/MG:79.160 OAB/SP.: 436.161

MASP:872.194 – OMB: R003228

UNESCO: T.055.101.219.338N

2.1 – Por exemplo foi solicitado ao próprio adv. de Marcelo na reunião do CMS (ata anexo) de 15 de janeiro de 2021, que encaminhasse **novamente a este Conselheiro** vários documentos comprovando a regularidade do Corpo Clínico entre outros, a resposta que foi enviada somente dia 05/02/2021 não poderia ser mais absurda. Chicote esquece que, na condição de Conselheiro pouco importa a quem represento fora dela.

3 - A ausência de informações quanto ao corpo clínico se deve entre outras irregularidades ao que trazemos e que Marcelo gostaria de manter em sigilo:

- Em consulta ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES vemos que: O Médico Renato Abraão ocupou ilegalmente (porque não foi eleito em obediência às normas do Conselho Federal de Medicina) a função de diretor clínico em substituição à Márcio Favero. Este último sim, eleito corretamente e de acordo com as normas retroditas.

Por mais de 06 meses o Hospital permaneceu em irregularidade perante o Conselho Regional de Medicina (E ainda está) conforme comprovam o acompanhamento das alocações do médico Renato Abraão. Aliás, chama atenção **a quantidade de vínculos deste médico sendo impossível a conciliação deles com o encargo de Diretor Clínico da Santa Casa que ocupou até recentemente.**

Foi substituído mediante a assunção deste encargo por parte da Médica Caroline Terra CRM.: 156.676, em procedimento anômalo ao previsto pelo CFM. Está última renunciou em 07 de janeiro de 2021 a esta função, **mas, até o presente a mesma figura no CNES do Hospital como diretora Clínica (anexos). Obviamente é um “engodo” já que a própria pediu desligamento desta função.**

4 – Marcelo Ormeneze e logo a intervenção receberam da Irmandade relatório **onde havia, TODAS as certidões de débitos relativas à instituição e seu hospital rigorosamente em dia, bem como todos os cadastros e congêneres isto ainda no primeiro semestre de 2019.**

Não conservou o que recebeu, sendo a perda das certidões apenas o começo... todas estão vencidas! (Anexo).

Isso torna **discutível o próprio convênio alhures tratado, realizado por Marcelo (que representa o prefeito) com o próprio prefeito, para os leitos de UTI Covid, no último dia 27/01/2021.**

5 – Marcelo entabulou através de Thiago Chicote acordo junto à CPFL cuja Cláusula penal é **de mais de 3,5 Três milhões e quinhentos mil em caso de não pagamento das parcelas ou da mensalidade à concessionária.** Conforme comprova-se pelo extrato obtido junto ao cartório de protestos da cidade. Marcelo não tem solvido os pagamentos o que já ocasionou protestos por parte da Concessionária, bem como se pode verificar nas 2as vias das contas mensais, confira-se:



Prof. Dr. h.c. Emerson Antonio Galvão

OAB/MG:79.160 OAB/SP.: 436.161

MASP:872.194 – OMB: R003228

UNESCO: T.055.101.219.338N

Protocolo de Atendimento: 0688368009

R\$149.725,77 Total de débitos em aberto

<input type="checkbox"/>	Selecionar Todas	
<input type="checkbox"/>	Mês Ref. 2021/01 Descrição: Fatura Energia Vencimento: 21/01/2021 Valor: R\$8.746,19	2º via
<input type="checkbox"/>	Mês Ref. 2020/12 Descrição: Fatura Energia Vencimento: 28/12/2020 Valor: R\$14.092,70	2º via
<input type="checkbox"/>	Mês Ref. 2020/11 Descrição: Fatura Energia Vencimento: 20/11/2020 Valor: R\$18.932,11	2º via
<input type="checkbox"/>	Mês Ref. 2020/10 Descrição: Fatura Energia Vencimento: 21/10/2020	2º via

5	12/05/2020	DMI	13052751715	21/01/2020	Protestado	20.550,94	20.550,94
Data de Emissão 11/01/2020 Endosso Sem endosso							
Portador COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ SA - 33.050.196/0001-88 Telefone							
Endereço RODOVIA ENG MIGUEL NOEL DO NASCIMENTO BURNIER, 1755 KMCAMPINAS sp							
Cedente CPFL - COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ SA Endossante							
Sacador CPFL - COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ SA-33.050.196/0001-88							
Sacado/Devedor IRMANDADE DA STA CASA DE MIS IGARAPAVA - 49.376.858/0001-44							
Endereço R CEL FRANCISCO MARTINS 769 - CENTRO - IGARAPAVA/SP CEP: 14540000							
Protestado no dia 15/05/2020, no Livro 265 Folha 100 - Custas para cancelamento com certidão até a presente data: R\$ 1.662,12 *Cancto. autorizado em 19/05/2020							
7	15/05/2020	DMI	13301167490	18/02/2020	Protestado	16.907,06	16.907,06
Data de Emissão 08/02/2020 Endosso Sem endosso							
Portador COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ SA - 33.050.196/0001-88 Telefone							
Endereço RODOVIA ENG MIGUEL NOEL DO NASCIMENTO BURNIER, 1755 KMCAMPINAS sp							
Cedente CPFL - COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ SA Endossante							
Sacador CPFL - COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ SA-33.050.196/0001-88							
Sacado/Devedor IRMANDADE DA STA CASA DE MIS IGARAPAVA - 49.376.858/0001-44							
Endereço R CEL FRANCISCO MARTINS 769 - CENTRO - IGARAPAVA/SP CEP: 14540000							
Protestado no dia 20/05/2020, no Livro 265 Folha 136 - Custas para cancelamento com certidão até a presente data: R\$ 1.662,12							
3	18/05/2020	DMI	1296189	09/06/2020	Protestado	1.686,00	1.686,00

6 – Não há alvará de funcionamento da instituição emitido pelo corpo de Bombeiros. (anexo)

7 - Presentemente foram detectados trabalhadores sem uso de máscara o que demonstra ausência de fiscalização por parte do Departamento Municipal de Saúde (vig. Sanitária) e ausência de cumprimento de protocolos estaduais e municipais (por parte de Marcelo).

Confira-se:



Prof. Dr. h.c. Emerson Antonio Galvão

OAB/MG:79.160 OAB/SP.: 436.161

MASP:872.194 – OMB: R003228

UNESCO: T.055.101.219.338N



8 – Das supostas denúncias realizadas por ocasião da intervenção, nenhuma das mesmas foi devidamente esclarecida, apurada e encaminhada à apreciação do Conselho, enfim, a nada nem a ninguém.

Ao contrário, ocorreram os mesmos elementos sobretudo consistentes em óbito de recém nascidos e junto à Câmara Municipal, quando questionado, Marcelo nada soube explicar. (anexo)



Prof. Dr. h.c. Emerson Antonio Galvão

OAB/MG:79.160 OAB/SP.: 436.161

MASP:872.194 – OMB: R003228

UNESCO: T.055.101.219.338N

9 – Mesmo após duvidosa decisão do TJSP, **é jus fincada** com Sentença transitada em **julgado pelo STJ (anexo)** que a Irmandade ainda é representada por sua provedora. Todavia Marcelo tem constituído obrigações e ajustes, com dinheiro público, **valendo-se para tanto do nome da Irmandade o que caracteriza falsidade ideológica, já que terceiros não poderão acioná-lo. (artigo 299 do CP)**

10 – Marcelo ignorou requisição deste conselheiro para que apresentasse sua documentação relativa as suas **próprias certidões de débitos**, eis que, conforme estabelece a Lei 8666/93, tais documentos são **indispensáveis para sua contratação**, todavia não os apresentou **levando a crer que o próprio está com irregularidade em seu nome, daí, surgir a necessidade de averiguação**.

- Deve se ter em mente que Marcelo tem sido contratado sucessivamente por “dispensa” de licitação com base no artigo 24, 1V da Lei 8666/93 o que já caracteriza contratação “estranha” uma vez que o prazo da Lei é de 180 (Cento e oitenta dias), ademais, a ausência das certidões previstas no artigo 29, III da mesma lei clama reflexão. Mais ainda a suposta e sucessiva “emergência” da sua contratação repetida.

11 – Marcelo não tem promovido o encaminhamento de nenhuma das informações regulares conforme estabelecido pelas mesmas leis acima. Não presta contas ao Conselho, não apresenta relatórios de atividades, não é analisado pelo CMS implantação de serviços, isto, além de Marcelo modificar fisicamente o prédio do Hospital sem qualquer apresentação ao conselho de impacto econômico, físico e sanitário destas.

12 – Conforme demonstram os dados, a produção do Hospital Santa Casa **abaixou** após a intervenção, isto é, o número de atendimentos caiu vertiginosamente.

13 – A ausência das Certidões Municipais regulares impacta diretamente na Certificação da Irmandade (do Hospital) **levando-a a perder a condição de filantropia através do CEBAS o que deve ser renovado neste primeiro semestre de 2021. (Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009)**

14 – Em resposta, ao novo pedido conforme solicitado por Thiago Chicote na reunião do Conselho, recebi a **pitoresca explicação abaixo**:

- Pasmé Sr. Promotor!



Prof. Dr. h.c. Emerson Antonio Galvão

OAB/MG:79.160 OAB/SP.: 436.161
MASP:872.194 – OMB: R003228
UNESCO: T.055.101.219.338N



Evidencia-se que Marcelo e Seu Advogado Thiago Chicote não tem a menor ideia das funções, das atribuições e das finalidades do Conselho Municipal de Saúde e dos poderes decorrentes desta incumbência bem como suas responsabilidades.

Sou em razão da Lei Federal 8142/90 e da Lei Municipal 552/2013 **fiscal dos recursos do SUS** e bem por isto, faço a presente denúncia por mim eis que, **as ações e omissões são minhas e por elas respondo e todos os conselheiros devem responder.**

Marcelo não obedece a Lei! Não gere com transparência e **não quer que a comunidade descubra ISTO por atingir diretamente interesses subterrâneos do prefeito e do próprio. Mas o destinatário destas ações lesivas tem sido a população de Igarapava!**

A par disto, e pelas condições acima, Marcelo Ormeneze e sua equipe de intervenção estão a incidir em atos de improbidade administrativa por ferirem os princípios da Formalidade, da impessoalidade, da publicidade, além de estar inserido também em situações previstas no Caderno repressor tais como: Falsidade ideológica, formação de quadrilha entre outras a serem **investigadas por esse ministério. Ademais as provas de tais atos e fatos seguem devidamente documentadas e já exauridas bem como seus fundamentos legais de incongruência.**

Presentemente convém trazer a “baila” que a postergação do prefeito em devolver a Santa Casa a seus proprietários **reside precisamente no desejo de que tais aspectos e crimes efetivamente praticados fiquem obscuros.**

Além disto o próprio convênio realizado agora, (dia 27/01) nada mais é do que mera tentativa de alocar novos recursos no Hospital uma vez que, a situação de débitos daquele nosocômio ultrapassa como já dito a considerar-se a CPFL os TRÊS MILHÕES DE REAIS, além é claro de não estarem sendo pagos fornecedores e outros.



Prof. Dr. h.c. Emerson Antonio Galvão

OAB/MG:79.160 OAB/SP.: 436.161

MASP:872.194 – OMB: R003228

UNESCO: T.055.101.219.338N

Se acumulam no Cartório de protestos local DIVERSOS TÍTULOS PROTESTADOS APÓS AGOSTO DE 2019, SOLICITA-SE QUE VOSSA EXCELÊNCIA OS REQUEIRA DIRETAMENTE AO CARTÓRIO, inobstante já juntar alguns.

3.3 – DOS CRIMES PRATICADOS PELO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE:

No relativo ao Conselho Municipal de Saúde é preciso destacar a postura temerária de Getúlio Ferreira. Até o último dia 27, quando renunciou alegando problemas de saúde, ele **ocupava a função de presidente do Conselho**.

Foi ator direto na confecção da suposta resolução que denotou na intervenção. Logo, de se entender que ele conhece e conhecia as regras e as leis do conselho. Porém de forma maliciosa e dolosa em comunhão de interesses com Murilo Santos (Ex-diretor de Saúde e com o atual prefeito, bem como ainda Marcelo Ormeneze), **jamaís exigiu ou colocou para o conselho as necessidades decorrentes das leis acima e que agora informo a esse Ministério**.

Ademais os outros membros, muitos deles conforme já tratado, servidores Municipais, com cargo em Comissão, função gratificada e congêneres, tinham e tem a obrigação constitucional de basearem-se pela Lei. Ao não promoverem quaisquer cobranças ao prefeito e das demais autoridades de saúde, culposa ou dolosamente aderem a estas práticas pois, **fica suprimida a possibilidade de a sociedade acompanhar a correta execução dos serviços do SUS através do Conselho**.

Então as conjunturas e os problemas hoje experimentados no Município são fruto da completa e absoluta desordem, inação, omissão e parcialidade promovida pelo Conselho Municipal de Saúde dolosamente achacado pela brutalidade e abuso de poder do prefeito municipal.

Não se tem notícia, por v.g. de qualquer promoção ligada a ouvidoria da Santa Casa.

Contudo, antes da intervenção, diversos ofícios promovidos por Andreia Francisco, na qualidade de servidora municipal acerca da ouvidoria municipal eram comuns. Cobrava-se providências e resoluções, porém agora, nada é informado a esse respeito... **Crê-se ter deixado de existir tal serviço**.

Neste caso, da ouvidoria, este conselheiro jamais os viu após a intervenção, isto é, **não tenho conhecimento de qualquer apreciação por parte do Conselho** das providências e denúncias de problemas seja no Sistema Público de Saúde seja na Santa Casa.

Não há publicidade sequer das reuniões do Conselho ficando as mesmas sem que possa a população delas participar conforme é a orientação do Conselho Nacional de Saúde.

- Não há pauta prévia registrada na Secretaria do CMS, nem qualquer sistema que indique as inserções a não ser a mera conveniência, contrariando por completo o próprio Regimento.

- Não existem relatórios técnicos de Comissões apresentados.

- Não existe efetivamente qualquer cumprimento do próprio regimento a não ser nas disposições e quando isto era e é do interesse da Gestão Municipal.



Prof. Dr. h.c. Emerson Antonio Galvão

OAB/MG:79.160 OAB/SP.: 436.161
MASP:872.194 – OMB: R003228
UNESCO: T.055.101.219.338N

Enfim, o Conselho Municipal de Saúde existe presentemente como mera “figura decorativa” para cumprir parâmetros legais uma vez que, as leis determinam entre outros fatores que sejam as questões logo acima apreciadas pelo conselho.

Vossa Excelência pode se perguntar: Mas como tem sido feito então?

Quando as autoridades **questionam a ausência de chancela do Conselho (GRS, por exemplo)** estas eram supridas e determinadas pelo Diretor Murilo, fazendo uso de “reuniões extraordinárias” para aprovação “emergencial” de questões que deveriam ter sido apreciadas anteriormente.

Solicito a Vossa Excelência que requeira a Ata da reunião extraordinária realizada em 02 de dezembro/2020. É um exemplo deste manejo. Esta reunião foi convocada por Murilo apressadamente para promover aprovação de utilização de “emenda” após ter sido o Município cobrado pela Gerência Regional de Saúde de Franca da ausência de apreciação por parte do CMS, assim, tratou de fazê-la de forma açodada marcando reunião para dia completamente diverso daquele usual, obviamente impedindo a participação de outros conselheiros e da comunidade.

Como não poderia deixar de ser. Foi aprovada a pretensão municipal. Deixando-se de cumprir com o prazo estabelecido pelo Regimento para apreciação de documentos, **algo comum e corriqueiro, revelando uma vez mais como tem “funcionado” o CMS de Igarapava.**

É o que basta!

4 – CONCLUSÃO COM REQUERIMENTOS:

Tudo isto exposto e devidamente provado pela documentação que se junta é a presente para requerer digno-se Vossa Excelência:

1 – Instaurar o(s) competente(s) procedimento(s) de Inquérito Civil a fim de apurar as responsabilidades aqui descritas a miúdo;

2 – Que as informações atinentes ao tema sejam encaminhadas **diretamente a este Conselheiro** pelo endereço eletrônico já informado, de preferência firmado diretamente por Vossa Excelência, sem prejuízo do respeito à douda Serventúria;

3 – Declaro fiéis e verdadeiros os documentos ora anexados bem como sugiro respeitosamente a Vossa Excelência que em complemento a isto **solicite:**

A – Ao Município que informe quem dos membros do CMS nomeados pelo Decreto que ora se anexam ocupam e/ou ocuparam cargo ou função de confiança no âmbito da Diretoria de Saúde;

B – Que requeira ao CMS, ao Município e a Câmara Municipal cópia dos citados relatórios que deveriam ser promovidos mediante o Decreto 2160/2019 a partir de agosto de 2019.

C – Que requirite a ata específica da reunião: extraordinária de 02 de dezembro de 2020, bem como o expediente que lhe deu origem proveniente da GRS;

D – Que requirite junto ao cartório de protestos de Igarapava os protestos ocorridos desde agosto de 2019 até o presente;



Prof. Dr. h.c. Emerson Antonio Galvão

OAB/MG:79.160 OAB/SP.: 436.161

MASP:872.194 – OMB: R003228

UNESCO: T.055.101.219.338N

E – Que requeira ao Conselho Municipal de Saúde a ordem específica das pautas conforme prevê seu estatuto;

F – Que requirite junto ao Município e junto ao Conselho a Resolução que aprovou e demonstre que o CMS de fato, **concordou com a celebração do convenio publicado no último diário Oficial em 03/02/2021 – Convênio 02/2021;**

G – Que requirite junto ao Município e ao Conselho **as resoluções que aprovaram e ou examinaram as prorrogações sucessivas da intervenção, bem como os relatórios encaminhados ao Conselho que lhe deram lastro;**

H – Que o Município apresente especificamente inclusive a este conselheiro, o plano de vacinação municipal e os critérios para mesma em relação ao Covid, principalmente quanto a prioridade de vacinação e responda objetivamente porque Andrea Francisco careceu de tomá-la;

I – Que recomende:

a) Ao Município e ao Conselho Municipal de Saúde que cumpra as leis e oficie as entidades que apresentaram para composição do Conselho detentores de cargos públicos que apresentem outros membros sem tais impedimentos conforme determina a lei;

b) Que recomende ao Município que encaminhe os relatórios trimestrais conforme determinado na Lei 552/2013, bem como proceda as informações requisitadas pelos conselheiros, quaisquer que sejam; bem como cumpra os demais termos de lei aqui dispostos;

c) Que recomende imediatamente, diante da renúncia de Getúlio e a impossibilidade de Andreia que seja nomeada direção provisória do CMS até que, apresentados os novos membros seja promovida eleição para Diretoria do CMS.

I – Demais documentos que V. Excelência entenderem necessários ao curso processual.

Provar-se-á o todo alegado mediante a documentação que ora se junta E EM SEQUÊNCIA SE ELENCA, bem como provas testemunhais cujo rol se juntará oportunamente, a partir da instauração do inquérito para preservar tais cidadãos das perseguições que ocorrem e conforme eles próprios pediram.

De Uberaba-MG, para Igarapava-SP, 08/02/2021

EMERSON ANTONIO GALVÃO¹

Conselheiro Municipal de Saúde de Igarapava

¹ Assinado digitalmente.



Prof. Dr. h.c. Emerson Antonio Galvão

OAB/MG:79.160 OAB/SP.: 436.161

MASP:872.194 – OMB: R003228

UNESCO: T.055.101.219.338N

Elenco dos anexos, leis, documentos e outros:

Nome	Data
Decreto Conselho de Saúde-1_CMS-1_2020	24/11
EMAILS_REQUISITANDO DOCUMENTOS DE MARCELO_RESPONDIDOS_QUE NAO SERIA E...	06/02
FGTS - HISTÓRICO DO EMPREGADOR - SANTA CASA DE IGARAPAVA SP - 22 01 2021	06/02
FGTS - SITUAÇÃO ATUAL DA SANTA CASA DE IGARAPAVA - 22 01 2021 - EXPIRADA	06/02
HISTÓRICO DE CNDS - MARCELO ORMENEZE	06/02
HISTÓRICO - CNDS - SANTA CASA DE IGARAPAVA SP - 22 01 2021	06/02
HISTÓRICO - FGTS - SANTA CASA DE IGARAPAVA - 20012021	06/02
INFORMATIVO - PROTESTOS - SANTA CASA DE IGARAPAVA - 20012021	06/02
IB142	24/11
Lei-552.2013_Lei municipal	17/12
NOVA PRORROGAÇÃO_2021	06/02
PORTARIA 1725 DE 2018 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE - DESCREDENCIAMENTO DE AGENTE...	06/02
PORTARIA 2073 DE 2019 - MINISTÉRIO DA SAÚDE - MUNICÍPIO DE IGARAPAVA SP_descre...	06/02
PORTARIA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE 1717 DE 2018 - DESCREDENCIAMENTO DO ESF - P...	06/02
PRORROGAÇÃO DE CONVENIO SEM ANÁLISE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS_PELo_CMS	06/02
<input checked="" type="checkbox"/> PUBLICAÇÃO DE CONVÊNIO_02_SEM QUALQUER EXAME PELO CMS	06/02
RECLAMAÇÕES_MAU_ATENDIMENTO_REDE_SOCIAL	06/02
RECLAMAÇÕES_MAU_ATENDIMENTO_REDE_SOCIAL_2	06/02
RECLAMAÇÕES_MAU_ATENDIMENTO_REDE_SOCIAL_3	06/02
RECLAMAÇÕES_MAU_ATENDIMENTO_REDE_SOCIAL_4	06/02
RECLAMAÇÕES_MAU_ATENDIMENTO_REDE_SOCIAL_5	06/02
<input type="checkbox"/> RECLAMAÇÕES_MAU_ATENDIMENTO_REDE_SOCIAL_6	06/02
RECLAMAÇÕES_MAU_ATENDIMENTO_REDE_SOCIAL_7	06/02
RECLAMAÇÕES_MAU_ATENDIMENTO_REDE_SOCIAL_8	06/02
REGIMENTO ATUALMENTE EM VIGOR	24/11
RENATO-ANTONIO-ABRAO-HISTORICO_-1_QUANTIDADE DE VINCULOS	06/02
RESOLUÇÃO 453_CMS	17/12
RESOLUÇÃO CONSELHO NACIONAL DE SAUDE_PARIDADE	23/11

Nome	Data de modificação
AIH_2020_DEMONSTRAÇÃO DE QUEDA DE INTERNAÇÕES EM RELAÇÃO_A_2019_1_SEM...	06/02/2021 18:57
AIH_2019_DEMONSTRAÇÃO DE QUEDA DE INTERNAÇÕES EM RELAÇÃO_A_2019_1_SEM...	06/02/2021 18:57
ALVARAS_COZINHA_JÁ VENCIDO_AUSENTE TAMBÉM DE APRECIACÃO DO CMS	06/02/2021 19:24
ANDREA-FRANCISCO-DE-PAULA-HISTORICO	06/02/2021 19:28
ANDREA-FRANCISCO-DE-PAULA-HISTORICO_VINCULOS_NÃO ESTÁ NA FRENTE PARA S...	06/02/2021 19:28
ANEXO-RP17-MES-03-SAÚDE-MENTAL_B4_SEM APROVAÇÃO DO CMS	06/02/2021 19:26
ATA DA REUNIÃO DE 15 DE JANEIRO DE 2021 DO CMS ONDE THIAGO PEDE A FORMALIZ...	06/02/2021 19:21
<input type="checkbox"/> AUSÊNCIA DE ALVARÁ DE CORPO DE BOMBEIROS - POR ENDEREÇO - SANTA CASA DE L...	06/02/2021 19:27
AUSÊNCIA DE LICENÇA DO CORPO DE BOMBEIROS - SANTA CASA DE IGARAPAVA - 23 0...	06/02/2021 19:27
AUSÊNCIA D: ALVARÁ DE CORPO DE BOMBEIROS - POR ENDEREÇO -	06/02/2021 19:43
CARTA DE SANTA CASA DE IGARAPAVA SP - 31 01 2021	28/05/2019 01:18
CEBAS_201 Tipo: Documento do Adobe Acrobat	06/02/2021 19:28
CERTIDÃO Tamanho: 573 KB	06/02/2021 19:47
CND_MARCELOORMENEZE	06/02/2021 19:42
CNES_DR RENATO ABRRAO	06/02/2021 19:44
COMO FOI FEITA A ELEIÇÃO DE CAROLINE TERRA...	06/02/2021 19:33
Convênio-0082020-Saude-Mental_SEM QUALQUER ANÁLISE E RESOLUÇÃO PELO CMS	06/02/2021 19:33
CPFL - DÉBITO ATUALIZADO - SANTA CASA DE IGARAPAVA - 28 01 2021	24/11/2020 07:00
Decreto Conselho de Saúde-1_CMS-1_2020	06/02/2021 19:15
EMAILS_REQUISITANDO DOCUMENTOS DE MARCELO_RESPONDIDOS_QUE NAO SERIA E...	06/02/2021 19:34
FGTS - HISTÓRICO DO EMPREGADOR - SANTA CASA DE IGARAPAVA SP - 22 01 2021	06/02/2021 19:34
FGTS - SITUAÇÃO ATUAL DA SANTA CASA DE IGARAPAVA - 22 01 2021 - EXPIRADA	06/02/2021 19:33
HISTÓRICO DE CNDS - MARCELO ORMENEZE	06/02/2021 19:35
HISTÓRICO - CNDS - SANTA CASA DE IGARAPAVA SP - 22 01 2021	06/02/2021 19:35
HISTÓRICO - FGTS - SANTA CASA DE IGARAPAVA - 20012021	06/02/2021 19:37
INFORMATIVO - PROTESTOS - SANTA CASA DE IGARAPAVA - 20012021	24/11/2020 11:59
IB142	17/12/2018 21:07
Lei-552.2013_Lei municipal	06/02/2021 19:33
NOVA PRORROGAÇÃO_2021	06/02/2021 19:33